



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÕES FISCAIS E ACIDENTES DO TRABALHO E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE ITAJAÍ – SANTA CATARINA.

URGENTE – REQUERENTE COM RISCO DE VIDA

OSVALDO JOSÉ JUNCCKES, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade RG nº 998.075-SSP/SC, inscrito(a) no CPF sob nº 482.899.229-49, residente e domiciliado(a) na Rua Hermes Afílio Mariani, nº389, Cidade Nova, Itajaí/SC, CEP 88.308-030, por seu advogado infra-assinado (instrumento de mandato acostado), vêm, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO, em face de

ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401 - km 5, nº 4.600, bairro Saco Grande, Florianópolis –SC, CEP: 88032-900, e

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SC, com sede na Rua Alberto Werner, 100, bairro Vila Operária, Itajaí – SC, CEP 88.304-053, pelos motivos de Fato e de Direito a seguir expostos.

DOS FATOS

1. O Requerente foi diagnosticado com Retocolite ulcerativa, doença inflamatória crônica que acomete o intestino (CID K51.0).

2. Iniciou o tratamento junto à equipe médica em 2006, nos primeiros 4 anos fez uso do medicamento Prednisona. Após avanço da moléstia, foi necessária a alteração do medicamento, passando a ser medicado o composto Mesalazina, que teve seu uso suspenso, visto que o Requerente apresentou reação alérgica. Procedeu-se nova alteração para o medicamento Azatioprima, o qual não respondeu adequadamente.

3. Após o uso de todos os medicamentos listados, exauridas as possibilidades e mantida a ineficiência do tratamento, o corpo médico viu-se diante do último medicamento capaz de controlar a doença, que como já foi dita é crônica. O médico Dr. Éverson Fernando Malluta, responsável pelo tratamento do Requerente, receitou o medicamento Infliximabe, produzido e comercializado com o nome de Remicade, conforme receituário médico anexo.

4. O referido fármaco é classificado pelos órgãos de saúde como de alto custo, assim o Requerente solicitou aos Requeridos a concessão deste medicamento. Tal solicitação foi negada.

5. Diante da negativa de concessão do fármaco que se mostra realmente necessário à continuação do tratamento (contenção das crises) o Requerente viu-se obrigado a requerer judicialmente a concessão do referido medicamento. Deste modo, diante da impossibilidade de solução extrajudicial, o Requerente passa a fundamentar e em seguida requerer.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DO POLO PASSIVO DA DEMANDA

1. Ambos os Requeridos devem figurar na presente demanda, visto que a própria CRFB/88 assim determina:

Art. 23. É competência comum da União, dos **Estados**, do Distrito Federal e dos **Municípios**:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - **cuidar da saúde** e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (grifo nosso)

2. Mostra-se pelo texto legal ainda vigente, que o polo passivo desta demanda está regular, prosseguindo assim para as questões de direito.

DO DIREITO À SAÚDE, VIDA E DIGNIDADE

3. O ordenamento jurídico brasileiro tem como lei suprema a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tal dispositivo legal detém diversos direitos que o Estado deve garantir ao cidadão, dentro todos os direitos elencados no referido texto, nenhum deles se assemelha, no que corresponde à importância, **ao direito à vida**.

4. Em termos claros a CRFB/88 trata do tema:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros** e aos estrangeiros residentes no País **a inviolabilidade do direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)

5. Mostra-se evidente a qualquer leitor o resgarde do direito à vida. O Estado para garantir à vida, deve assegurar ao cidadão dentre outros direitos, o acesso à saúde.

6. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) o termo saúde pode ser definido como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades".

7. No caso em tela, o Estado além de deixar de zelar pela vida do Requerente (não prestando um tratamento completo e eficaz), ainda produz sofrimento mental e social ao Requerente, prejudicando ainda mais sua saúde, visto que o Requerente deve suplicar por um tratamento médico que diminua seu sofrimento, ou até mesmo garanta uma vida digna.

8. Os Requeridos apesar de terem o papel de zelar e cumprir o ordenamento jurídico brasileiro descumprem o texto literal da CRFB/88, no que se refere aos direitos elencados no art. 6º, deixando o Requerente sem o devido amparo social, bem como sem acesso à saúde, pois não disponibilizam um medicamento que mostra-se como a última possibilidade de êxito no tratamento da moléstia relatada.

9. Em outro momento a carta magna prescreve "saúde é direito de todos", é notável que o art. 196 do referido texto é claro: **"DIREITO DE TODOS"**, então pergunta-se: **Por qual motivo um cidadão trabalhador, cumpridor de seus deveres, que encontra-se acometido por doença crônica e grave, não tem o acesso ao fármaco receitado por entidade médica capacitada?**

10. Ressalta-se que como relatado nos receituários médicos anexos, todas as demais formas de tratamentos já foram aplicadas, restando tão somente à aplicação do fármaco negado

pelos Requeridos. Ou seja, o medicamento negado é a única forma de devolver ao Requerente a vida, a saúde, bem como a dignidade.

11. Vale destacar, que o profissional que subscreve esta peça não é detentor de grandes conhecimentos na área médica, assim como se imagina que os serventuários e demais servidores do judiciário também não sejam. Deste modo, para elucidar a gravidade e circunstâncias do quadro clínico que o Requerente passa, requer a juntada de artigo técnico produzido pelo renomado Dr. Drauzio Varella.

12. É importante registrar que o Requerente já passou por todos os tipos de medicamentos disponíveis, e mesmo assim, a moléstia continua em evolução, impossibilitando inclusive tarefas básicas como trabalhar, visto à recorrência de crises de diarreia que perduram há semanas.

13. Desta forma, sendo a saúde um direito fundamental do ser humano, não há como aceitar a inércia do Estado, que deve sem escusas prover as mínimas condições de tratamento ao Requerente, devendo este caso ser tratado com absoluta prioridade.

DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

14. Como já relatado, o Requerente está sofrendo com diversos efeitos da doença, quais sejam, crises de diarreia crônica recorrentes há semanas, sangramentos constantes que enfraquecem o organismo, e outros efeitos que podem levar à morte.

15. Diante da urgência do caso, bem como da possibilidade do medicamento negado, diminuir tais crises, requer que seja concedida a antecipação dos efeitos da tutela, nos termos do art. 273 do Código de Processo Civil.

O juiz poderá, a requerimento da parte, **antecipar**, total ou parcialmente, **os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:**

I - haja fundado **receio de dano irreparável** ou de **difícil reparação**; ou

16. Presentes os pressupostos da tutela antecipada, quais sejam: – Prova inequívoca (receituário médico); – Verossimilhança da alegação (visto que todos os fatos e provas corroboram o mesmo sentido); e Receio de dano irreparável ou de difícil reparação (O Requerente corre risco de vida, e somente tal medicamento poderá evitar tal dano.).

17. Conclui-se, que a concessão do medicamento negado é a medida justa e necessária a preservação da vida do Requerente.

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer:

1. A concessão dos benefícios da **Justiça Gratuita**, por tratar-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo, não podendo arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo alimentar próprio ou de sua família, nos termos do parágrafo único, do artigo 2º, da Lei 1060/50;

2. Citação dos Requeridos, para que querendo, conteste(m) a ação dentro do prazo legal, advertindo-o(s) que em seu silêncio, serão considerados como verdadeiros os fatos alegados, sofrendo os efeitos da confissão e revelia;

3. Concessão da antecipação dos efeitos da tutela e ao final sua confirmação, para determinar aos Requeridos **o imediato**

fornecimento do medicamento INFLIXIMABE, conforme receituário médico anexo, (bimestralmente) nos termos indicados na inicial, sob pena de imposição de multa diária a ser arbitrada por Vossa Excelência (art. 461, §4º do CPC).

4. A procedência do pedido, confirmando-se a antecipação dos efeitos da tutela, para que os Requeridos sejam condenados e forneçam a partir de então os medicamentos solicitados pelo Requerente, haja vista sua condição de saúde, nos termos indicados na inicial. **Ressalta-se que diante da cronicidade da moléstia do Requerente, seja o fármaco concedido até o final do tratamento, ou da suspensão do uso.**

5. Requer também, em caso de recurso, a condenação dos Requeridos ao pagamento dos **honorários advocatícios de sucumbência**, no importe de vinte por cento sobre a condenação, bem como ao reembolso das custas processuais, nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil.

6. Provar o alegado por meios de provas admitidas em direito, notadamente pelo depoimento pessoal das partes, sob pena de confissão; provas documentais, testemunhais, se for o caso, periciais, e tantas outras que se tornarem úteis e necessárias ao esclarecimento da verdade.

Dá à causa o valor de **R\$ 4.296,18** (quatro mil duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos).

Termos em que, pede deferimento.

Itajaí (SC), 28 de julho de 2014.

GILLIARD JUNCQUES

OAB/SC nº 35.934